

Praca Velha

Revista Cultural da Guarda

34

RAPAZES E MOÇAS
DA
ESTRELA

VERMEL
NCE-POB
MONTE

MARIA MIA



ROMANCE POR
Nuno de Montemor

de (D)
CORACÃO
BARRO
ROMANCE

Dobrezi-
hos

Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda

Ano XVI | N.º 34 | 1ª Série | Maio 2014

Publicação Semestral

Edição: *Câmara Municipal da Guarda*

Direção: Victor Manuel dos Santos Amaral, *Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Guarda*

Coordenação: Alexandra Isidro | António Salvado Morgado (Núcleo Temático)

Conselho Editorial: António José Dias de Almeida; Fernando António de Oliveira Carvalho Rodrigues;

Helder Sequeira; Maria Antonieta Garcia; Manuel Luís Fernandes dos Santos;

Mário Cameira Serra; Vítor Pereira

Produção Executiva: Paula Cristina Cunha

Apoio Técnico: Ana Leonor Pereira da Silva; Ana Maria Barbosa; Juliana Almeida;

Paula Cristina Cunha

Foto de Capa: Arménio Simão Bernardo

Depósito Legal: 226332/05

I.S.S.N.: 0873-8343

Book design, composição e impressão: Marques & Pereira Lda

Tiragem: 500 exemplares

Telefone: 271 220 741

E-mail: cultura@mun-guarda.pt / nac.guarda@mun-guarda.pt

A Câmara Municipal da Guarda respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas. A opção ou não pelas regras do novo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores.

HOMENAGEM DA *CIVITAS ARAVORUM*
AO IMPERADOR ADRIANO



José d' Encarnação

CEAUCP

Encontra-se no Museu da Guarda, onde deu entrada em 1945, singular monumento epigráfico romano, com o n° de inventário 112 (Fig. 1)¹. Documenta a homenagem prestada ao imperador Adriano pela *civitas Aravorum*.

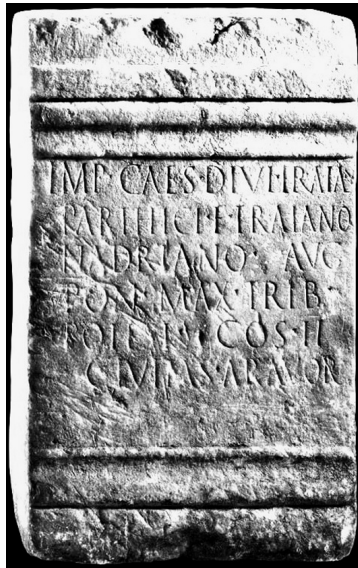


Fig. 1

A excelência da epígrafe no texto e na tipologia justifica, porventura, o seu reexame em termos histórico-epigráficos. Uma reflexão sobre o contexto arqueológico original para que foi pensado e sobre a conjuntura política em que foi gravada (apresenta-se nova datação) poderá também não ser despropositada.

1. O monumento epigráfico

Placa quadrangular de mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa. Todas as faces foram afeiçoadas à esquadria; a posterior, menos cuidada,

havendo, porém, tratamento especial para a face dianteira, moldurada superior e inferiormente e preparada para receber a inscrição. A superfície epigrafada sofreu escoriações no sentido oblíquo desde o começo da linha 2 até meio da última linha, o que, aliado à deficiente limpeza da pedra e à ausência de recurso a uma iluminação rasante, justifica as variantes de leitura dadas pelos autores precedentes, nomeadamente no que concerne ao número do poder tribunício, hoje visível.

A molduração revela-se bastante simples, a denunciar, contudo, perfeito conhecimento da sequência normal numa circunstância destas, em que interessa ornamentar, sim, minimamente, mas não desviar a atenção do que é fundamental: o texto. Assim, a uma faixa directa segue-se uma gola directa a limitar superiormente o campo epigráfico; em baixo, gola reversa a terminar em ranhura.

Dimensões: 52 x 32 x 15/13,5.

Campo epigráfico: 27 x 31.

IMP(eratori) · CAES(ari) · DIVI · TRAIAN[II] / PARTHICI · F(ilio) ·
TRAIANO / HADRIANO · AVG(usto) / PONT(ifici) · MAX(imo) · TRIB(unicia)
· / ⁵ POTEST(ate) · V (quinta) · / CO(n)S(uli) · II (secundum) [sic] / CIVITAS ·
ARAVOR(um)

Ao imperador César Trajano Adriano Augusto, filho do divino Trajano Pártico, pontífice máximo, no seu 5º poder tribunício, cônsul pela 2ª vez – a cidade dos Áravos.

Altura das letras: l. 1: 3/2,4 (N = 0,7); l. 2 e 3: 3/2,5; l. 4: 2,5; l. 5: 2,6/2,3;
l. 6: 3/2,4. Espaços: 1: 0,4; 2: 1/1,4; 3: 0,5/1; 4: 1/1,1; 5: 1/1,2; 6: 0,7/1,2;
7: 5,3/6.

Bibliografia²

Gasco, manuscrito [1744] p. 295, edição de 1924 p. 264. CIL II 429. RAP 500. AE 1954 87³. Vasconcellos 1903 13⁴. Jalhay 1950 567-570. ILER 6045. Rodrigues 2002, 80-81 (*et passim*). <http://eda-bea.es/> (registro nº 21446).

Variantes de leitura: l. 2: *Part[h]ici* (CIL, HEp); l. 4 e 5: *pote(st)* (CIL), *trib(uniciae) / potest(atis) II* (HEp); *trib. potest. II* (ILER).

Paginação muito cuidada, com recurso a linhas de pauta, que não se vêem mas se sentem, *verbi gratia*, na regularidade dos espaços interlineares; paginação que tendencialmente procurou seguir um eixo de simetria, não totalmente conseguido. De facto, na l. 1, o módulo ligeiramente maior com que se iniciou (IMP) não pôde manter-se; por isso, a última palavra já ficou mais comprimida e teve de recorrer-se a minimizar o N, com o normal nexu NI. As quatro linhas seguintes têm alinhamento apenas à esquerda e o *ordinator* não logrou centrar a identificação do dedicante, optando por omitir a terminação do genitivo plural, facilmente compreensível. Registe-se o facto de o último espaço ser mais dilatado, a indiciar que o texto se destinava a ser lido não à altura do olhar mas de um ângulo ligeiramente superior, aspecto a que já voltaremos, quando se abordar a questão do contexto original da epígrafe.

Pontuação triangular, correctamente utilizada. Caracteres actuários, de fino recorte, em bisel, gravados com badame. O P não é fechado; barras horizontais diminutas e pouco profundas, de tal modo que podem confundir-se os TT com os II; V e C bastante abertos; O oblongo (nomeadamente no final da l. 2, por falta de espaço); R e B (este, de pança inferior mais avantajada) feitos a partir do P; X e S simétricos; G a enrolar para dentro. Não soubéramos a data da epígrafe e se apenas nos baseássemos na paleografia, seríamos tentados a identificar esta escrita com a que Battle apresenta como «capital rústica ou pintada do tempo de Cláudio» (1946, p. 114, fig. 35), dadas as suas evidentes semelhanças.

Para além da aludida incerteza acerca da (in)existência de nexu no final da l. 1, apenas duas outras dúvidas de leitura se têm colocado: se há nexu NT em PONT(*ifêx*) e qual o número do poder tribunício. As já referidas escoriações, uma das quais afecta precisamente o último vértice superior do N, impedem de dar uma certeza; contudo, o normal seria haver esse nexu e, por isso, não é inviável aceitar essa opção, aliás, passível de ser confirmada na pedra. Já o que se refere ao número do poder tribunício tem sido mais polémico. A foto de pormenor (Fig. 2)⁵ é, no entanto, suficientemente elucidativa: depois do ponto, vê-se claramente a haste oblíqua esquerda do V e, antes do outro ponto, que foi posteriormente alargado, é visível também a haste da direita, mais ténue, como o são, na epígrafe, as hastes da direita (veja-se a do X, por exemplo).

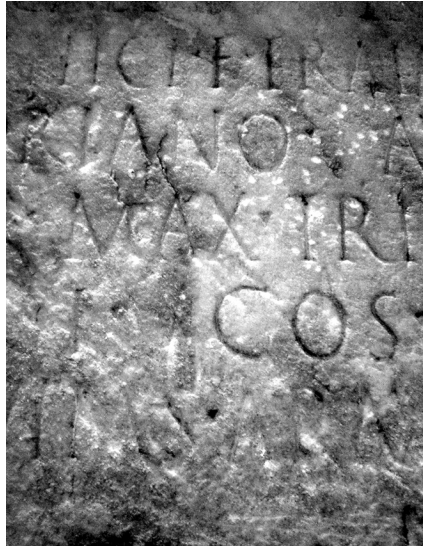


Fig. 2

Trata-se de homenagem ao imperador Adriano⁶, que vem aqui identificado como é habitual, referindo-se apenas o pai divinizado, Trajano, com o cognome honorífico Pártico, o mais celebrado, dado o fulgor da sua vitória contra os Partos (em 116); não se recua até ao avô, Nerva, porque também o contexto da epígrafe não requer afirmação de legitimidade na sucessão ao trono por hereditariedade. Assumiu Adriano o poder tribunicio pela 5^a vez a 10 de Dezembro de 120, ano em que, por conseguinte, já exercera o consulado por três vezes (foi cônsul pela 3^a e última vez em 119). Esta incongruência poderia levantar celeuma se não soubéssemos que nem sempre a nomeação para determinadas funções era de imediato conhecida por todo o Império; o consulado, por exemplo, não era habitualmente exercido pelo imperador, servia para dar o nome ao ano e Adriano fora cônsul pela 2^a vez em 118; como, por outro lado, o texto de uma epígrafe tem de ser encomendado com bastante antecedência, não admira que se haja cometido o lapso de não actualizar o número do consulado (tanto mais que havia espaço para o fazer). Já se voltará ao tema, ao traçarmos uma panorâmica das inscrições dedicadas a Adriano na Hispânia; para já, atendendo ao poder tribunicio, a inscrição data de 10 de Dezembro de 120 a 9 de Dezembro de 121⁷.

Quanto à omissão do *-um* final no etnónimo, motivada, como se sugeriu, pela imperícia do *ordinator*, que não soube calcular bem o espaço, não deve também

causar admiração: primeiro, porque facilmente se compreendia que deveria ler-se *Aravor(um)*; segundo, porque não é caso excepcional: veja-se *Dovilonicor(um)*⁸; vejam-se os testemunhos que Hübner apresenta da omissão do m final «praeterea in gentium nominibus» (CIL II p. 1189, 1ª coluna): *Taurico* por *Tauricorum* (CIL II 6295), por exemplo.

2. O contexto histórico-arqueológico do achado

2.1 A tipologia do monumento

Não parece identificar-se na lápide alteração da sua tipologia original. Ou seja, a sua relativa pequena espessura, o facto de não estar moldurada lateralmente e de a face posterior não se apresentar trabalhada levam a crer que se destinou a ser embutida ou, por outras palavras, não foi pensada para uma existência autónoma, por exemplo como pedestal⁹.

Há, pois, duas possibilidades: a inclusão num monumento honorífico do tipo pedestal, encimado pelo busto do homenageado, ou a inserção num templete. A tipologia, em que a altura predomina sobre a largura, incita a pensar mais na primeira hipótese, onde a verticalidade domina, do que na segunda, onde as linhas horizontais – queiramos ou não – acabam por ser relevantes, e tal implicaria, consequentemente, maior largura. De resto, como se referiu, a circunstância de ter sido deixado um espaço maior após a última linha sugere que a leitura seria feita a um nível superior ao do olhar normal, o que melhor se coaduna com a de «texto» para legendar escultura.

2.2 O contexto arqueológico

A estar correcta tal dedução, apontar-se-ia o fórum para contexto original da epígrafe. Importa para isso: a) reler com atenção as primeiras informações; b) dar conta do que, em consequência, as investigações arqueológicas lograram concluir.

a) As informações

Coube a António Coelho Gasco¹⁰ a primeira informação acerca da existência desta pedra. Ao referir as «antiguidades de mui nobre cidade Lisboa, empório do mundo e princesa do mar oceano», cita a inscrição aí dedicada a Adriano (de que adiante se falará) e acrescenta¹¹:

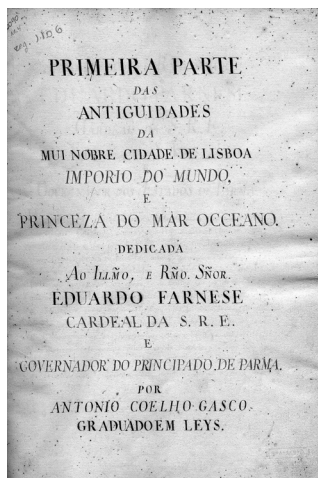


Fig. 3

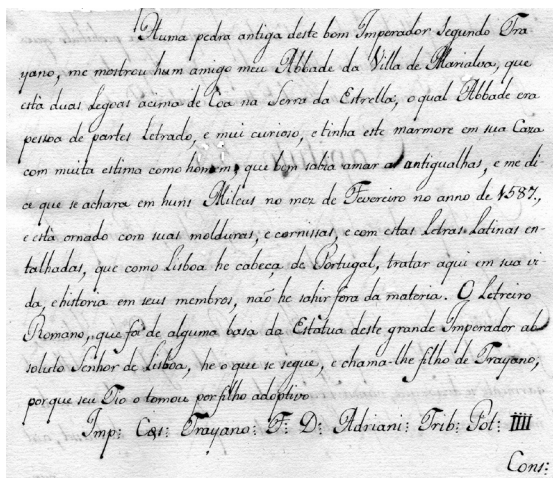


Fig. 4

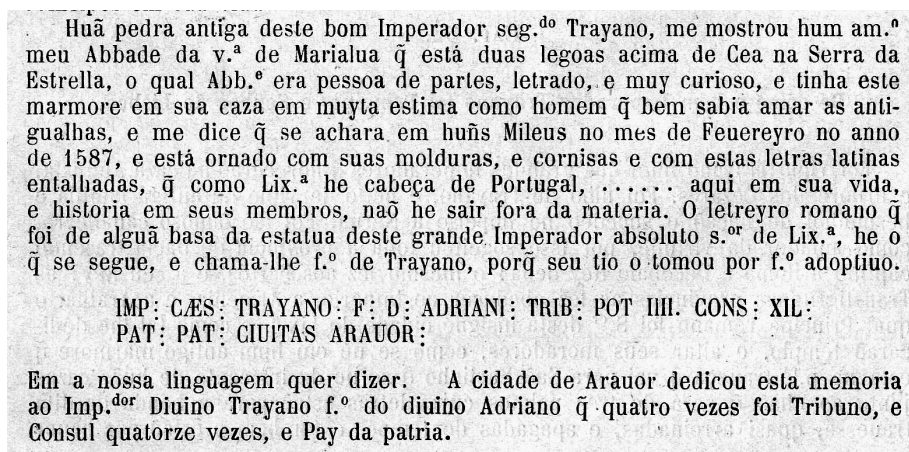


Fig. 5

«Uma pedra antiga deste bom imperador segundo Trajano¹² me mostrou um amigo meu, Abade da Vila de Marialva, que está duas léguas acima de Côa na Serra da Estrela, o qual Abade era pessoa de partes letrado e mui curioso e tinha este mármore em sua casa com muita estima como homem que bem sabia amar as antigualhas e me disse que se achara em uns Mileus no mês de Fevereiro de 1587, e está ornado com suas molduras e cornissas [sic] e com estas letras latinas entalhadas [...]»¹³. E acrescenta, em jeito de justificação: «Como Lisboa é cabeça de Portugal,

tratar aqui em sua vida e história [está a aludir ao imperador], em seus membros, não é sair fora da matéria» (p. 295 do manuscrito, p. 264 da edição de 1924).

A informação seguinte no tempo (1798) é a de Viterbo¹⁴, que não resisto a transcrever (actualizando a grafia e a pontuação):

«Nas faldas e ao nascente da penhascosa e alcantilada Marialva, onde o seu dilatado e rendoso campo principia, e no sítio em que hoje vemos o lugar de Deveza, existiu no tempo dos Romanos a cidade de *Aravôr*. Os vestígios nada equívocos da soberba e arrogância, ou seja, grandeza daquela nação conquistadora e polida que até aos nossos dias permanecem são os abonados fiadores que aduzimos.

Aqui se achou há mais de cem anos uma primorosa base de jaspe branco, com dois palmos e quarta de alto, palmo e quarta de largo, que foi levada à residência dos alcaides-mores daquela vila, que está fora dos muros. Ali se acha ao presente inserida em uma parede, e bem conservada no quintal das mesmas casas».

Dá leitura (no caso, TRIB. POTES. I), data-a de 119 e faz referência à outra epígrafe ali também achada, dedicada a I. O. M. (CIL II 428).

Não haverá, pois, dúvida acerca do contexto original do achado: entre os vestígios da 'cidade romana'. Há, porém, um termo que carece explicação: o usado por Coelho Gasco, «*Mileus*». A propósito de Póvoa do Mileu, já tivemos ensejo de tecer algumas considerações acerca da obscura etimologia e do significado deste termo (Encarnação e Rodrigues, 2009, 231-232)¹⁵. Sucede, porém, que, neste caso, alguma achega mais se poderá apresentar, pois que o Abade da freguesia de Santiago, de Marialva, B. José Cardoso Moniz, ao responder, a 20 de Abril de 1758, ao inquérito mandado instaurar por todo o país pelo Marquês de Pombal, refere que nela existe uma ermida «*Nossa Senhora dos Mileus*, que administra o Abade e a essa concorrem romeiros principalmente nos dias das Páscoas» (Rodrigues, 2002, p. 257).

Também terá sido de grande devoção outra capela da mesma invocação em Veiros e, por outro lado, ocorre de imediato a comparação com a *villa* romana de Milreu, perto de Faro.

Anote-se ainda que, apesar do uso do indefinido «uns», Coelho Gasco grafia «*Mileus*», com maiúscula, o que pode dar a entender estarmos perante uma identificação que, partindo de algo concreto, acabou por ser guindada à categoria de topónimo – tal como «*Penedo*», por exemplo, foi, a princípio, a designação de uma pedra grande, que, com o passar do tempo, assumiu carácter identificativo do sítio onde era elemento dominante. Que serão, pois, esses «*mileus*? Ocorreu-

me de imediato o recurso ao latim, onde encontrei «melleus», relativo a mel; daí a pensar em muros apiários foi um passo – mas não era pista plausível. Contudo, não se me afigura vocábulo a não aparentar com moledos, miroiços ou moroiços, no seu significado de amontoado de pedras – e os arqueólogos bem sabem quão significativo esse topónimo é, como indicativo de ruínas romanas por perto... Estou, pois, em crer que, em resultado dos derrubes das construções romanas, houve montes de pedras acumulados aqui e além, até para deixar campo aberto para a lavoura. Pedras que, afinal, queira-se ou não, traziam consigo uma história mais ou menos passada de geração em geração, a que, também por isso mesmo, um certo carácter espiritual não poderia deixar de estar ligado. A presença de uma ermida dedicada a Nossa Senhora protectora desses milenares mileus ficava assim plenamente justificada¹⁶.

Uma conclusão se impõe: foi no meio desse amontoado de ruínas resultantes da ‘cidade’ romana que a epígrafe foi identificada e devidamente salvaguardada quer pelas entidades religiosas quer pelo poder administrativo, de tal modo que nenhum estudioso que a Marialva ou a Meda se refira deixará doravante de mencionar o achado de tão importante epígrafe¹⁷.

b) As investigações arqueológicas

Não poderiam, pois, passar despercebidas aos arqueólogos as informações atrás veiculadas, facilmente confirmadas, aliás, no terreno. Não sendo minha intenção fazer a história dessas intervenções, apenas focaria o que, a meu ver, é passível de ser considerado mais significativo, para nos trazer alguma luz acerca do contexto original da epígrafe.

Depois das investigações naturalmente levadas a cabo por Adriano Vasco Rodrigues, deve-se, sem dúvida, a Sá Coixão o maior empenho em perscrutar o que o sítio poderia revelar de interessante. Conta (2004, p. 84-85), por exemplo, como, na Devesa, entrou «no logradouro de uma habitação junto à igreja» e ficou «estupefacto, ao contemplar duas grandes colunas (fustes), uma delas ainda com a base e o capitel» e mais estupefacto quedou, ao verificar que «a pedra do aparelho» daquela habitação «era, em parte, de uma monumentalidade fora do vulgar». «Entrando no interior», prossegue, «verifiquei a existência ainda da cornija». Perante a imponência destes achados, alertou a Câmara Municipal, pois desde logo ficou convencido de que estava «perante restos bem conservados de um templo romano».

Em seu entender, situa-se «na área do largo principal de Devesa o fórum da *civitas*». O topónimo próximo, «olival das Torres», também é por de mais sugestivo da presença de antigas estruturas e a referência à identificação de um «pavimento de ladrilhos e de tubos de chumbo» (um dos quais com menção expressa da oficina de fundição¹⁸), nas margens da ribeira de Marialva, constitui sintoma de que por ali subsistirão os restos do que foram as termas da cidade, um aglomerado urbano que teria, aliás, *vici* e *villae* derredor (Coixão 2007).

Por conseguinte, estava a epígrafe bem acompanhada no centro monumental da urbe.

2.3 O contexto histórico

Importa agora situar no tempo e no espaço a homenagem dos Árvos.

Investigação exaustiva, a levar a efeito, por exemplo, com vista a dissertação de mestrado ou doutoramento, permitirá, não tenho dúvidas, trazer mais luz ou até nova luz às hipóteses de conclusão que vou apontar. Por serem, de facto, de mui fácil consulta, baseei-me fundamentalmente em duas obras ultrapassadas enquanto *corpora* (bem no sei): a tese de Robert Étienne (1958) e a recolha de José Vives (ILER)¹⁹.

No índice de Vives (p. 769) há 60 referências epigráficas atribuídas ao imperador Adriano na Península Ibérica; e, embora não seja número a reter com exactidão (há, por exemplo, repetições: 1824 = 6057, 1829 = 1884, 1983 = 6056), logo aí se verifica ser este o imperador mais vezes citado: em homenagens (da *respublica Aratispitana*, do *municipium Albense Urgavonense*, da *civitas Limicorum*...), a dar conta de obra feita, ou por, na epígrafe, se aludir a personalidade directamente ligada a Adriano²⁰.

Quanto a Robert Étienne, recorde-se que inclui as estátuas mas exclui os miliários, uma vez que, em seu entender, não revelam uma atitude de culto: o nome do imperador surge como indicação cronológica ou atribuindo-lhe a iniciativa do traçado ou da reparação (*refecit*) de determinado troço viário²¹. Dá (p. 474/475) o rol das dedicatórias ao imperador, num total de 19, mais uma que Trajano. Esses números ficam bastante aquém das 38 dedicatórias a Marco Aurélio e Lúcio Vero, mas considera Robert Étienne que esse grande número nada tem de insólito, porque todas as inscrições anteriores ao ano de 161 se referem, na realidade, ao culto da *domus augusta* (p. 478). Por conseguinte, conclui Étienne, é manifesto o «florescimento do culto imperial» que então se verifica.

Serve-nos, pois, a reflexão de Robert Étienne para melhor se enquadrar a homenagem da *civitas Aravorum*, porque, neste caso, nos situamos claramente numa tónica de “culto imperial”, ou, se preferirmos, de manifesta adesão política ao poder central, cuja motivação importará contextualizar.

E a que conclusões pôde chegar Robert Étienne, cotejando as informações de que dispunha? A mais importante consistirá, não há dúvida, no modo como – consciente ou inconscientemente – o imperador agiu no quadro da reformulação estrutural (digamos assim) das manifestações do culto ao soberano, reformulação a que não é alheia – de modo nenhum! – a viagem que, em 121-122, empreendeu a Tarragona, uma viagem que, para além de claro intuito de reformulação militar (p. 470), deteve assinalável «significado religioso»: o imperador quis gizar «um programa simultaneamente religioso e militar» (p. 487). A expensas suas, restaurou o templo de Augusto, o que, no entender de R. Étienne, se deve interpretar como «o alargamento do objecto do culto pela introdução do culto de Roma» (p. 486), uma forma de «aprofundar o culto imperial por intermédio da ideia de Roma» (p. 487), na sequência da interpretação que já Jean Gagé havia sugerido. É com Adriano que surge pela primeira vez nas moedas a legenda *Romulus conditor* (p. 484): e não será decerto despropositado salientar que data de 21 de Abril de 121, dia do aniversário da fundação de Roma por *Romulus*, a fundação, em Roma, do templo dedicado a Roma e a Vénus (p. 325), duas bases conceptuais em que o imperador se firmará para se apresentar como predestinado para assegurar a *Felicitas* e a *Aeternitas* do Império: «Adriano é um novo *Romulus*, uma nova idade de ouro fará reinar a *Felicitas*» (p. 487). E se bem entendemos o alcance atribuído por Robert Étienne ao facto de, no quadro da sua política religiosa, Adriano ter retirado à soberania, ao poder do soberano, o carácter pessoal que até então detinha, sempre numa estreita ligação à figura de Augusto (p. 488), mais facilmente se compreende que, doravante, o objecto do culto é o imperador, ou melhor, são os imperadores, os que estão no poder e os que, como *divi*, acabam também por desse poder fazerem parte integrante. Não admira, pois, que na inscrição da *civitas Aravorum* apenas se mencione *Traianus* como *divus* e como *pater*; não há necessidade de ‘distrair’ com outros dados – estão são os necessários e suficientes.

Atribui R. Étienne especial importância ao templete que *Lacer* mandara erigir em honra de Trajano, no topo oriental da ponte de Alcântara, dotado de uma epígrafe métrica (CIL II 761), considerando-o «exemplo eloquente da vitalidade do culto imperial na Península em 103-104» (p. 485); no entanto, Helena Gimeno (1995),

com base na documentação que encontrou, demonstrou que tanto o templete como a epígrafe não são autênticos: foram forjados na época renascentista para dar ainda mais força ao orgulho hispânico de ter logrado elevar um dos seus à coroa imperial. É verdade, porém, que foi manifesto esse entusiasmo e não é, por isso, desprovida de senso a campanha de Alicia M. Canto (2003) para reforçar o carácter hispânico da dinastia dita «dos Antoninos», designação errada e tendenciosa, em seu entender, a ser substituída, com mais propriedade, pela de “dinastía Ulpio-Aelia”, cujos imperadores não foram «ni tan “Buenos”, ni tan “Adoptivos”, ni tan “Antoninos”», «una dinastia de origen bético»; em seu entender, não terá sido alheia à denominação de «Antoninos» o facto de Septímio Severo ter querido apresentar-se como dela descendente, ainda que, de facto, nada o houvesse ligado a essa dinastia, uma dinastia, ao invés, «plena y completamente hispana, bética e, por sobre todo, *Aelia*. . .» (2003, p. 222).

Houve, na epígrafe de Marialva, como vimos, um lapso do lapicida ou do encomendante. Do lapicida, se não leu bem a minuta; do encomendante, por eventualmente se não ter posto a questão de que um documento destes se não grava de um dia para o outro²², e que, para além do poder tribunício, com cuja renovação anual automática se pode contar, outros títulos, como o exercício do consulado ou as saudações imperiais, podem ocorrer de um momento para o outro. Neste caso, aliás, deu-se um facto não muito vulgar: Adriano quis ser cônsul dois anos seguidos, o que naturalmente se prende com as renovações de teor político-militar atrás referidas, que pretendia consolidar²³.

E se a dedicatória de Marialva deve relacionar-se com a política imperial, não é de estranhar que a outra inscrição dedicada a Adriano na zona ocidental de Lusitânia seja de *Olisipo* (CIL II 186, registo n.º 21275). *Olisipo* já era município de longa data, detinha experiência político-administrativa, estava seguramente mais próxima das ‘notícias’ vindas da capital; por isso, a homenagem (mais do que uma homenagem é uma oferta: *Felicitas Iulia Olisipo donum dedit!*) – é feita oficialmente com a intervenção directa dos duúnviros, *M. Gellius Rutilianus* e *L. Iulius Avitus*; o imperador vem mencionado como *divi Nervae nep(oti) divi Traiani Dac(ici) Par(thici) fil(io)*; o número do consulado está correcto assim como o do poder tribunício, o V. Mais: essa homenagem não está isolada em *Olisipo*, pois que, pelos mesmos duúnviros²⁴, *Felicitas Iulia Olisipo* promove homenagem *Sabinae Aug(ustae) / Imp(eratoris) Caes(aris) Traiani / Hadriani Aug(usti) / divi Nervae nepotis / divi Traiani Dac(ici) Parth(ici) f(iliae)* (CIL II 4992 e 5221, registo n.º 21925). A

associação do imperador à sua mulher não pode, por consequência, deixar-nos indiferentes no que concerne não apenas ao prestígio do soberano mas também – e, quiçá, sobretudo! – ao interesse das comunidades lusitanas em manifestarem o seu apreço à *domus* imperial!

Curioso verificar, por outro lado, que é *Olisipo* uma cidade do litoral, cosmopolita, de ampla e documentada ligação com o Mediterrâneo através do Atlântico e com a capital provincial, *Emerita Augusta*, por via terrestre; e temos, ao invés, uma *civitas Aravorum*, aparentemente modesta, desinteressante e ignorada, de um inóspito interior. Mas será assim tão evidente o contraste?

1) Os resultados da investigação arqueológica levada a efeito na região (Coixão 2007, Perestrelo 2003 e 2006); 2) os vestígios estruturais visíveis, a indiciar outros, igualmente importantes, ainda por pôr à luz do dia; 3) as conclusões dedutíveis da disseminada presença de *Aravi* pelo território peninsular; 4) alguns deles a ostentarem, com orgulho, a pertença a distintas «organizações suprafamiliares» – tudo isso não permite perplexidades: a *civitas Aravorum* deteve aqui papel preponderante nos primórdios da época romana. E não será de admirar que a prossecução dos trabalhos arqueológicos – que vivamente se recomenda – venha a revelar surpreendentes novidades, inclusive quanto ao seu estatuto político-administrativo posterior.

E até nos pode surgir a dúvida acerca dessa qualificação, sem mais, de *civitas* “de interior”, quase a indiciar um estatuto menor. Geograficamente, sim; politicamente, não, já o vimos. Aliás, contribuem os *Aravi* para a construção da ponte de Alcântara²⁵; mas veja-se que data precisamente desse período, do seu 5º poder tribunício (121-122) a reparação (*restituit*) da chamada *Vía de la Plata* (*Iter ab Emerita Asturicam*)²⁶, itinerário que tem naturalmente íntima relação com a posição estratégica da *civitas Aravorum* e que tanto significado político-económico terá tido, pois se fez questão em a documentar através da gravação de quase uma vintena de miliários conhecidos²⁷. Perguntar-se-á se terá existido um programa viário tão vasto e tão bem documentado na Península Ibérica e, até, no mundo romano²⁸. De resto, tal preocupação não terá a ver exclusivamente com essa via principal, porque o miliário de Pias (Serpa), que traz *refecit* no final (Encarnação 1990 65-66, fig. 1 nº 5), data justamente do mesmo período²⁹.

Ora, a *civitas Aravorum* não se encontrava arredada da via que de *Emerita Augusta* seguia para *Bracara*, via da maior relevância do ponto de vista político-económico, como se adivinha. Vasco Mantas refere-a no capítulo da «rede viária

ignorada pelos itinerários», salientando «as suas muitas variantes», susceptíveis de permitir «comunicar o traçado principal com parte das *civitates* indicadas na inscrição da ponte de Alcântara», uma das quais partiria «em direcção à zona da Guarda». E acrescenta: «Valorizando este aspecto, podemos mesmo considerar este percurso, pelo menos até a *civitas Aravorum*, como pertencente ao traçado principal da via, o qual atravessaria os rios Teja e Távora em direcção a ocidente, correndo por Vide, Caria e Padrão em direcção ao Rio Douro, que atingia na zona de Cárquere, evitando assim as serranias da Lapa, de Leomil e de Montemuro, cujas cotas rondam os 1000 metros» (2012, p. 245). De resto, este investigador chega mesmo a propor (*ibidem*) que a milha XVIII, constante do miliário de Vide, tenha sido contada «a partir de Marialva, capital dos *Aravi*, cuja fronteira se situaria no Rio Távora» (p. 245-246).

3. A *civitas Aravorum*

Localizada está, portanto, a *civitas Aravorum* e não há quem o conteste, perante tão eloquentes testemunhos³⁰. Pena é, pois, que as entidades locais não hajam considerado de interesse, até ao momento, obter as necessárias verbas e autorizações para salvaguardar e devidamente valorizar tão relevante testemunho do passado local. Se este novo olhar puder contribuir para tal consciencialização, bem satisfeito ficaria.

3.1 Os *Aravi*

Não são desconhecidos os *Aravi*. Integram – já se disse – a célebre lista dos povos que se cotizaram para erguer a ponte de Alcântara sobre o Rio Tejo.

Aravus documenta-se também como antropónimo, seguindo uma tendência comum em epigrafia: um nome indicativo de naturalidade vir a assumir a categoria de nome único ou, mesmo, de cognome³¹. Envolve sempre alguma dúvida a opção por uma ou outra categoria, nomeadamente neste caso, em que também se atestam formas aparentadas como *Araus*, *Aravius*: quando nos surge o patronímico *Aravi* estamos diante do genitivo de *Aravus* ou de *Aravius*?³²

Vejamos os testemunhos de que temos conhecimento, sem nenhuma preocupação de ordem geográfica ou de valor documental, nem sequer de se apresentar um rol exaustivo (de resto, sempre difícil, atendendo aos constantes achados que se registam), aproveitando-se, porém, a oportunidade para ajuizar da fiabilidade dalgumas das interpretações propostas até aqui³³:

– Em Monte Cildá (Palência): *Acida* manda lavrar o epitáfio *Aravo marito me(renti)* [Reg° n° 25963].

– Em Villaviciosa (Oviedo), regista-se: *Aravo Oi/laridu(m) / Licin(ii) f/[il(io)]* [Reg° n° 14494].

– em Crémenes (León): a epígrafe CIL II 5471 refere *Manili Aravum Elani filii Va(diniensis)* [Reg° n° 12036]; e o Reg° n° 19272: *Iunius Aravu(m) Abili f. Vad(iniensis)*³⁴.

– em Soto de Cangas [Oviedo]: há um *Elanus Aravi filius*, apresentado como *vernaVadinienses* [sic]; contudo, no seguimento da epígrafe, o pai identifica-se como *Araus* [Reg° n° 12086, ILER 6831-6832].

– de Badajoz (CIL II 1017 = ILER 4883), veio o epitáfio de *G. Silius Cosmus Aravus* e de seu filho *G. Silius Flavinus*³⁵.

– Em Villalcampo (Zamora), *Salicia Aravi* [Reg° n° 25627].

– Em Rebordões (Bragança): *Aravo Aronis filio* [Redentor, 2002, 72-73].

– De Segóvia, a referência a *Ambato [...].jeticum [-]Aravi*. Trata-se da epígrafe CIL II 5780, que é retomada em HEp 14 2005 n° 281, onde se assinala não ser clara a opção pelo patronímico *Aravi*.

– De Aspárrena (Alava): *Ambatus Aravi* [Reg° n° 15414].

– Belmonte de Miranda (Astúrias): *Bodocena Aravi filia (castello) Agubri* [Reg° n° 15919].

– No Museu Nacional de Arte Romano, de Mérida: *Avitianus d(e) c(ivitatie) Aravorum* [Reg° n° 16753]³⁶.

– De Medellín: *Sempronio Campano Aravo* [Reg° n° 22660]³⁷.

– De Hontoria de la Cantera (Burgos), *Terentio Candido Aravie* [Reg° n° 25682]. Na fotografia está clara a grafia *Aravie*; em meu entender, porém, trata-se de um lapso, aliás vulgar, do lapicida, que esculpiu E em vez de F, pelo que deve ler-se *Aravi f(filio)*.

– Considero muito duvidoso, no que concerne à presença do antropónimo *Aravus*, o texto de Riaño (León) referido no registo 19287 de <http://eda-bea.es/>, porque os antropónimos estão reconstituídos.

No que concerne à etimologia do antropónimo, é compreensível a segunda parte das observações de Vallejo consignadas supra, na nota 31. Também não se afigura despicienda a possibilidade – que adianta logo de seguida, ainda na mesma p. 175, mantendo-se no seu papel de linguista – que *Araus* pode derivar etimologicamente de radicais que se prendam com o verbo «*arar*», significando

Aravus «el que labra la tierra».

Atendendo, inclusive, à já referida ‘duplicidade’ *Araus* / *Aravus* – registada também, por exemplo, com *Flaus* / *Flavus* – não posso garantir que tenha consignado aqui a totalidade (nem sequer, decerto, boa parte) das ocorrências deste antropónimo na epigrafia peninsular. Também não era essa a intenção; apenas a de mostrar que o antropónimo, sem dúvida ligado ao nome da *civitas* – e nesta opção creio não haver opiniões divergentes –, esteve deveras difundido, a mostrar notável irradiação, de que a opinião, atrás exarada, de Joaquín Gómez-Pantoja pode ser apontada como sintomática.

Um outro aspecto se me afigura digno de vir a ser aprofundado: é que alguns *Aravi* se identificam como pertencentes a outras entidades, que María Lourdes Albertos (1975) chamaria de «organizaciones suprafamiliares». Ou seja, englobava a *civitas Aravorum* – ou parece ter englobado – outros ‘grupos’ (chamemos-lhe assim), o que se prende com a afirmação de J. M. Vallejo: «[...] Conviene aclarar que los lusitanos no eran un *populus*, pues habrían sido convertidos en *ciuitas* [sic]; por el contrario, las *ciuitates* fueron constituidas a partir de los verdaderos *populi*: de los *Igaeditani* surgió la *ciuitas Igaeditanorum*; de los *Araui*, la *ciuitas Arauorum*, etc.» (p. 82). Não é lídimo, contudo, que uma *civitas* seja um conjunto de *populi*; perante as descobertas mais recentes (Assunção *et alii*, 2009), a opção por uma organização em *gentilitates* não se me afigura despicienda, *gentilitates* que se agrupariam para prossecução de objectivos político-administrativos, económicos e, até, religiosos comuns.

3.2 Os limites da *civitas*

Sobre o território da *civitas* e seus limites, já se citou a opinião de Vasco Mantas segundo a qual a fronteira «se situaria no Rio Távora».

Trata-se de uma questão de mui difícil solução, porque nunca podemos garantir que os actuais critérios (paisagísticos ou outros) que reputamos evidentes, hajam tido peso na Antiguidade. E, de resto, têm-no agora? Veja-se o que se passa, por exemplo, na Palestina e em tantos outros lugares do mundo; um rio, nomeadamente, tido bastas vezes como fronteira, pode não o ser; há mesmo quem afirme: «Mais do que separar, o rio une!»...

A frequentemente referida lista dos povos que se juntaram para construir a ponte de Alcântara tem sido amiúde ponto de partida para se ter uma ideia de como poderia ter persistido, mesmo em época romana, a organização político-

administrativa dessa parcela do território.

Assim, Manuel Sabino Perestrelo, depois de salientar que, por «algumas capitais de *civitates* da Beira Interior e da região do Douro» se apresentarem com «dimensões bastante modestas», «os investigadores têm grande dificuldade em identificar os centros urbanos que funcionaram como capitais de *civitates* desta região sem que surja uma prova clara», como é o caso da epígrafe da *civitas Aravorum* (2006, p. 63), opina ser «provável que a selecção dos locais para a implantação dos centros urbanos tenha sido feita no mesmo período do estabelecimento dos limites das diversas *civitates* desta região, ou seja, por volta dos anos 4 a 6 d. C.», e acrescenta:

«Pelo que se conhece nesta região, as capitais de *civitates* foram estabelecidas não nos grandes povoados indígenas, mas nas suas proximidades ou em locais estratégicos do território, certamente ligados a vias de comunicação. Parece ter sido o caso da capital dos Aravos estabelecida na planície da actual Devesa de Marialva, embora nas proximidades de um povoado indígena (...). Afirma mais adiante que «o castelo dos Mouros de Cidadelhe situava-se na fronteira das duas *civitates* da região: a dos Cobelcos e a dos Aravos mas estava, certamente, integrada nesta última. (p. 63). E considera, noutra ocasião (2003, 37), que «muito provavelmente, os desníveis orográficos das serras da Broca e Pisco corresponderiam ao limite sul da *civitas Aravorum*».

Jorge de Alarcão, por seu turno, opina: «A fronteira entre *Meidobrigenses* e *Aravi* poderia passar algures pelas imediações de Fonte Longa e pela ribeira dos Priscos (que ocorre ao Côa). A dos *Aravi* e *Cobelci* correria pelo Côa?» (2005, 15).

3.3 O nome romano da *civitas*

Não se compreendeu, a princípio, que *Aravor* se deveria desdobrar no genitivo plural *Aravor(um)*; por isso, nos livros mais antigos (de Augusto Pinho Leal, Viterbo [p. 90-91]³⁸, Carvalho Costa, o *Diccionario Geographico* do Padre Luís Cardoso...), as referências ao sítio devem procurar-se em «Aravor», mantendo-se ainda, aqui e além, a ideia fantasista de que assim se chamaria o local. Veja-se, meramente a título de exemplo, na pág. <http://trasmontes.no.sapo.pt/marialva.htm>, escreve-se acerca de Marialva:

«Fundada pelos Túrduulos no séc. VI a. C. com o nome de Aravor e conquistada posteriormente pelos Romanos que lhe alteraram o nome para **Civitas Aravorum**. Depois vieram os Godos e mudaram o nome para S. Justo. A seguir

os muçulmanos mudaram o nome para Malva. Finalmente após reconquista por D. Fernando Magno, de Leão (1063), o nome ficou em definitivo como Marialva.»

E se a hipótese de a *civitas Igaeditanorum* se ter chamado *Igaedis* ganha o consenso dos especialistas, até por se conhecer a divindade *Igaedus*, teremos de concordar com Dexter Hoyos quando escreve:

«Furthermore, in the Second and early First Centuries B.C. most of Lusitania was still pastoral and unurbanised. Even in Trajan's day the urban state of several of the bridgebuilders looks fairly fresh: four still use tribal names (*Aravi, Colarni, Paesures, Tapori*) although the Aravi, at least, were now a *civitas*. And the Igaeditani, who certainly had a town – today's Idanha in Portugal – never called it 'Igaedi': they preferred *Civitas Igaeditanorum*. Like *Civitas Aravorum* further north, suggestive of an earlier rural condition» (1989, 42).

Ou seja, ainda não tinham topónimo próprio ou não o usavam como elemento identificativo primordial.

No entanto, não quis o Doutor Jorge de Alarcão deixar de sugerir hipóteses de designações com base nos elementos colhidos no *Paroquial Suévico*. Assim, o seu propósito no artigo de *Côavisão 7* 2005 foi o de identificar topónimos que vêm no *Parochiale* suévico como *ecclesiae* da diocese de Viseu e, se possível, ver que topónimos actuais lhes pudessem corresponder (p. 9):

«A partir dos vestígios arqueológicos que parecem indicar (ou indiciam mesmo) aglomerados populacionais de época romana, e recorrendo a topónimos directa ou indirectamente atestados em inscrições ou registados no *Parochiale* suévico dos fins do século VI, julgamos oportuno proceder a uma tentativa de identificação das povoações que existiam na Beira Transmontana e do Alto Douro.»

No caso de Marialva / *Civitas Aravorum*, sugere que possa identificar-se com a *ecclesia* de *Ouellione*. Os argumentos que apresenta prendem-se com a circunstância de haver por perto os topónimos Abelonia e Orvilhão, passíveis de terem derivado desse nome patente no *Parochiale* (p. 9). Acrescenta, porém, que há que «aguardar que se obtenham provas seguras ou argumentos mais convincentes» (p. 10), insistindo, mais adiante (p. 14), que essa possibilidade «não é segura».

Conclusão

A circunstância de dispormos hoje de melhores elementos de análise – mormente a fotografia – permitiu identificar como sendo o quinto (V) o poder tribunício mencionado na dedicatória feita pela *civitas Aravorum* ao imperador

Adriano e, desta sorte, ajustar a sua cronologia, na medida em que também se procurou justificar o lapso da indicação do II em vez do III consulado exercido por aquele imperador.

Ora, esta aparentemente singela correcção permitiu inscrever a iniciativa no plano mais geral da política do Imperador em relação à Península Ibérica e, até, ao seu Império na globalidade. E concluiu-se ter a Península ocupado lugar privilegiado nas suas preocupações, patentes na viagem de teor político e religioso que empreendeu nesses anos a *Tarraco*, capital da *Hispania Citerior*, e, de modo especial, no incremento da economia, consubstanciado, por exemplo, numa política viária de monta: a reparação do *iter ab Emerita Asturicam*, com as vias secundárias que serviam esse eixo fundamental traçado no sentido norte-sul. A circunstância de também em *Olisipo* o imperador e sua mulher – num quadro de culto imperial – terem sido também perpetuamente recordados leva a crer que, igualmente no plano das vias de comunicações por mar, tivesse havido preocupação, ainda que, como se sabe, uma via terrestre de *Emerita* desembocava precisamente em Lisboa. Recorde-se, por outro lado, que é Adriano quem se preocupa com o regular funcionamento das minas de Aljustrel, ao remeter ao procurador *Ulpus Aelianus*, certamente liberto seu, minucioso regulamento da sua exploração (IRCP 143).

A conclusão quiçá, por isso, mais importante, deduz-se do que fica exposto: há que dar importância ao sítio arqueológico onde a capital da *civitas* se localizava – e onde os vestígios arqueológicos monumentais são assaz evidentes.

Bem programada campanha de salvaguarda e de identificação dessas antigas estruturas reveste-se, afinal, de um interesse histórico ora acrescido.

| NOTAS |

- 1 Reproduzimos, com a devida vénia, a fotografia, da autoria de José Pessoa, que ilustra o monumento no *Roteiro do Museu* (p. 35, fig. 18).
- 2 Sendo inúmeras as referências a esta epígrafe, a maior parte das vezes apenas transcrevendo textos anteriores, a bibliografia apresentada não tem pretensão de ser exaustiva e haverá até, seguramente, passagens mais significativas de que, porém, não tive conhecimento; a algumas delas se fará, todavia, referência no corpo do texto.
- 3 O editor de *L'Année Épigraphique* colhe a informação dos *Fasti Archaeologici* VI 1951, onde a epígrafe figura na p. 330, sob o n.º 4373, de acordo com os elementos fornecidos por Russell Cortez, na altura correspondente dos *Fasti* em Portugal. A versão enviada por Cortez apresenta TRAlA (na l. 1), PON (na l. 4) e POT III (na l. 5).
- 4 «[...] está na parede de uma casa particular a seguinte inscrição, que me foi remetida por pessoa inteligente, que a copiou com todo o esmero», escreve Leite de Vasconcellos; contudo, o número do poder tribunício está omissão na cópia.
- 5 Agradeço, mui penhorado, à Dra. Dulce Helena Pires Borges (do Museu da Guarda) as informações que teve a gentileza de me facultar.
- 6 Embora formalmente se pudesse fazer o desdobramento do nome do imperador em ablativo, a indicar uma cronologia («no tempo em que...»), a circunstância de ser mencionado um dedicante e de se haver omitido qualquer fórmula final, faz supor que se deve subentender algo como *dedicavit, dono dedit...*
- 7 Dispensou-me de anotar as variadíssimas datas que têm sido atribuídas ao monumento, umas vezes por não se haver lido correctamente o número do poder tribunício, outras por evidente lapso de transcrição de obras anteriores. Atendendo ao período indicado, será legítimo datar a epígrafe genericamente do ano 121.
- 8 Cf. Étienne *et alii*, 1976, inscrição n.º 11 (p. 30-32). Aliás, também na inscrição n.º 15 desse *corpus* os autores sugerem: [...] *gentis Pinton(um ou orum ou icorum)*, atendendo, precisamente, a esse hábito de se não completar o genitivo plural.
- 9 A ideia de pedestal foi logo sugerida por Coelho Gasco. Permita-se-me que abra aqui um parêntesis para sublinhar que, assim que a vi, a peça em análise me recordou uma outra, também ela, em meu entender, para encastrar num edifício: a do celebrado *orarium* oferecido à *civitas Igaeditanorum* (Sá 2007, n.º 54, p. 61). Não há, na epígrafe de Idanha qualquer molduração, mas até as dimensões não são muito diferentes das da dedicatória de Marialva: 33 x 44 x 10.
- 10 Teve o Dr. José Cardim Ribeiro a gentileza (que muito agradeço!) de me facultar cópia da capa e da página de um dos manuscritos da obra de Gasco, uma das muitas preciosidades que se guardam na biblioteca do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) e que – com a devida vénia – aqui se reproduzem (Fig. 3 e 4). A intenção dessa reprodução é dupla: primeiro, como documentação; depois, para que se verifique o que amiúde os epigrafistas salientam: não há possibilidade de dar absoluto crédito a estas transcrições antigas, feitas sem rigor nem obediência, por exemplo, à divisão das linhas no texto. Veja-se que – sem sugerir dúvida – aí se aponta IIII como o poder tribunício patente na pedra. Aproveita-se também para – com a mesma intenção didáctica – se apresentar cópia da mesma página editada pela Universidade de Coimbra (Fig. 5).
- 11 Actualiza-se a grafia, mantendo, porém, as maiúsculas.
- 12 A razão de lhe chamar «segundo Trajano» prende-se, naturalmente, com o facto de tanto Trajano como Adriano terem usado este nome.
- 13 Transcreve Adriano Vasco Rodrigues (2002, p. 104) a seguinte passagem das «*Memórias Paroquiais de 1758*, organizadas pelo Padre Luís Cardosos»: «E em minha casa se conserva uma pedra mármore quadrangular, mais comprida que larga e de grossura de meio palmo, a qual foi achada dentro do castelo e nela se vê um letreiro antigo que ainda com vocábulos breves e letras já apagadas se deixa perceber ser do tempo dos Imperadores Trajano e Adriano».
- 14 Tive acesso à 2ª edição, de 1865, tomo I, p. 90, s. v. «Aravor».
- 15 Aliás, dada a sua estranha etimologia, a palavra tem sido alvo das mais diversas apreciações. Mestre Alcina Cameijo (2009) abordou o tema, também a propósito de Póvoa do Mileu.

16 Ao facultar-me, gentilmente, as atrás citadas cópias do manuscrito e do livro guardado na biblioteca do Museu de S. Miguel de Odrinhas [MASMO], não quis o Dr. Cardim Ribeiro deixar de tecer algumas considerações acerca de tão estranho vocábulo, o que muito agradeço. Transcrevo com todo o gosto essa sua reflexão, exarada ao correr da pena a 4 de Abril de 2013: «Quanto à palavra em causa, que o Hübner não entendeu, quer no ms. de Coimbra (a julgar pela edição) quer no ms. do MASMO vem, claramente, “em huns Mileus”, assim com maiúscula, como se fora um topónimo (apesar do artigo indefinido que o precede: “em huns”). O José Pedro Machado, no seu *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* (Lx., 1984, vol. II, p. 991 col. 2) apresenta Mileu, no singular, como topónimo registado em Belmonte, Guarda, Póvoa de Mileu, Moimenta da Beira, Monforte, São João da Pesqueira e Sernancelhe. Declara ser de «origem obscura» e interroga-se se estará relacionado com Milreu. Porém o plural e o dito artigo indefinido causou-me espécie. Assim vi, na Internet, que Mileu pode ser também um apelido e que existe em Portugal. Existiria já no séc. XVI? Se sim, “em huns Mileus” poderá talvez reportar-se à propriedade (solar, casa, quinta...) de uns tais Mileus. Mas não tenho quaisquer certezas...».

17 Permita-se-me que dispense essa enumeração, dado que, de um modo geral, os autores – o Padre Carvalho Costa, na sua *Corografia*, Pinho Leal no seu *Dicionário*... – se limitam a transcrever, com maior ou menor pormenor, o que atrás se escreveu.

18 *Ex officio(na) Iul(ii) Flacciliani* [Reg^o n^o 18514].

19 Recorri também, não sistematicamente, à base de dados da *Hispania Epigraphica* – <http://eda-bea.es/> –, onde a pesquisa se revela mais morosa, por serem múltiplas as pistas a usar com o motor de busca (identifico os seus dados com o n^o de registo – vide nota anterior, por exemplo).

20 Não podem certamente olvidar-se personalidades – designadamente de Tarragona – alvo das benesses imperiais: *M. Fabius Paulinus, equo publico donatus ab imperatore Caesare Hadriano*, por exemplo (CIL II 4269), e vários outros, como dois flâmines provinciais (CIL II 4213 e 4254); uma outra personalidade foi eleita para superintender ao douramento de estátuas de Adriano (CIL II 4230)... Poder-se-ia ainda acrescentar: o *scriba quaestorius et aedilicus*, a quem Adriano concedeu o privilégio de possuir *equus publicus* (registo n^o 12229) ou o facto de, na *lex paganis pagarum Gallorum Belsinosensis Segardinensis data*, identificada em Agón (Zaragoza), ter intervindo um *legatus propretore* de Adriano (registo n^o 16111)...

21 Acrescente-se que Robert Étienne, atendendo aos objectivos do trabalho que se propusera, não pôde ter a preocupação de rever, um a um, nomeadamente *de visu*, os documentos epigráficos de que a bibliografia utilizada lhe dera conhecimento. Não reviu, por exemplo, a epígrafe da *civitas Aravorum*.

22 Tanto mais que, sendo de mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa e apresentando-se com a perfeição assinalada, não se trata de obra de uma oficina local, tendo sido, mui provavelmente, encomendada com alguma antecedência na capital da Lusitânia ou a alguma das oficinas que funcionavam junto das referidas pedreiras.

23 «Adriano, culto, viajero y también buen gobernante, sólo ejerció dos consulados como emperador, y ambos con posibles parientes; el II con *Cn. Pedanius Fuscus Salinator* (año 118), y el III con *P. Dasumius Rusticus* (119)» (Canto 2003, 220).

24 Na dedicatória a Adriano tem-se reconstituído *Ruffum*] como *cognomen* de *M. Gellius*; tendo em conta a inscrição dedicada a Sabina Augusta, em que o *cognomen Rutilianus* está por extenso, não vejo motivo para que se não considere que houve má interpretação do T por um F, hipótese que, de resto, o próprio Hübner coloca em CIL II 5218; aliás, *M. Gellius Rutilianus* é marido da *flaminica Caelia Vegeta*, cuja memória ele próprio manda gravar (CIL II 197 = CIL II 5218). Estamos, pois, perante elementos do escol político-social olisiponense!

25 Cf. eda-bea.es/ no. de registo 21 738; CIL II 760; ILER 2066. Um dos estudos mais recentes acerca dos povos aí mencionados será, porventura, o de Jorge de Alarcão (2005), que traz a bibliografia anterior relativa a este invulgar monumento epigráfico.

26 O mais recente estudo sobre essa via: Mantas 2012, 118-145.

27 Baseando-me no CIL, cito os seguintes: CIL II 4656 (milha CI), 4658 (milha CII), 4659 (milha CIII), 4661 (incompleto), 4662 (milha CXII), 4663 (sem indicação de milha), 4668 (milha CXVII), 4669 (milha CXIIX), 4672 e 4673 serão também, mas faltam elementos, 4677 (com uma leitura errada do consulado, o III, que não existiu, milha CXXXIX), 4678 (milha CXI...), 4679 (sem indicação de milha), 4680 (milha CXLIII), 4682 (milha CXLIX), 4682 (milha CXLIX), 4684 (milha LXXVI), 4685 (deve ter sido dos primeiros, porque

está no 2º consulado e se refere à milha II).

28 Escreve José Manuel Roldán (1995, 22), a propósito desta via: «La calzada, en la estructura final que había de perdurar hasta nuestros días, es obra de dos emperadores: Trajano y Adriano. En su época se señaliza perfectamente todo su recorrido y se la dota de magníficas obras de fábrica, algunas de las cuales aún perduran, como el puente de Alconétar, sobre el Tajo, o el de Salamanca, sobre el Tormes. Son especialmente numerosos los miliarios de ambos emperadores, a partir del número CI, hasta Salamanca, y en torno a la ciudad de Cáparra, cerca de Oliva de Plasencia».

29 Torna-se evidente que, para uma visão de conjunto mais aprofundada do que foi a obra do imperador Adriano, resulta imprescindível a consulta à monumental obra de Pierre Sillières (1990). Sobre este miliário, que tem no seu catálogo o n.º 88 (p. 147-148), afirma que terá pertencido assaz verosimilmente à via *Onuba – Pax Iulia*, «a oito milhas de *Fines* que constituía a *caput viae* para o trajecto lusitano desta calçada» (p. 148). Recorde-se também – ainda que só de longe se possa relacionar com o tema em apreço – que data do ano 122 o início da construção da denominada ‘muralla de Adriano’.

30 Escreveu Jorge de Alarcón (2005, 128): «Aliás, são inequívocos e importantes os vestígios do núcleo urbano romano que, infelizmente, ainda não foi objecto das escavações sistemáticas que merece. De um templo (o do forum?) conservam-se restos muito significativos». A esse templo associa-se, por vezes, a inscrição dedicada a Júpiter Ótimo Máximo (CIL II 428=ILER 153), de cujo dedicante apenas subsistem, mui dubitativamente, as letras *k . ad* [...].

31 «[...] *Arauus*, étnico lusitano convertido em antropónimo, praticamente ausente de la región lusitana» (Vallejo, 2005, p. 748, nota 314).

32 Refere-se amiúde essa alternância entre a derivação *–aus* e *–auus*, registada em vários antropónimos: cf. Vallejo, 2005, p. 541, 546 e 695.

33 Compulsei, de modo especial: ILER, Abascal 1994, o *Atlas* de 2003 (s. v. *Aravus*), *Hispania Epigraphica on line* (eda-bea.es/) e Vallejo 2005 (p. 173-175, com mapa de distribuição dos testemunhos). No *Atlas* cita-se a epígrafe n.º 36 do catálogo de José Manuel García (1984, 119-120); no entanto, na pedra apenas se lê *ARA* e o próprio autor opta por interpretar *Araus*, no que é seguido por Ferreira 2004, n.º 238. Darei, de preferência, o número de registo na base de dados da *Hispania Epigraphica*, dada a maior facilidade de acesso por parte do leitor e, por outro lado, por aí se registar, habitualmente, bibliografia actualizada. A título de exemplo de interpretação duvidosa: CIL II 5714, de Valmartino (León), n.º de registo 12034, onde se propõe *Dovide(rus) Ara(vi)*.

34 A propósito das desinências do genitivo plural dos etnónimos, sobre que, aliás, muito se tem discutido, pode ver-se Vallejo 2005, p. 716-717, que alude a esses «varios alomorfos»: «el más común es *–um*», «en ocasiones se omite la terminación», «en algunas formas únicamente aparece elidido el final *–m*», «a ellas viene a añadirse la forma en *–on*».

35 A palavra vem em dativo e, por isso, amiúde se desdobra em *Aravo(rum)*, incorrectamente. Aproveite-se o ensejo para salientar ter sido, mui provavelmente, a *gens Silia* de alguma importância na *civitas*; daí que António Marques, a propósito da inscrição, então inédita, proveniente da aldeia de Açores, concelho de Celorico da Beira, dedicada a Júpiter Ótimo Máximo por *Arruntia Clara pro salute et reditu de G. Silius Celsus* (2011, 60-61), comente que estes dois *Silii* de Badajoz seriam «cidadãos romanos» «oriundos de *civitas Aravorum* [sic, trata-se claramente de um lapso] (p. 62). São estes, aliás, os únicos *Silii* documentados no *Atlas* da Lusitânia (Navarro e Ramírez, 2003, 303).

36 Vallejo (2005, p. 376) não concorda com a leitura *Petracius* desta epígrafe, apresenta outra e comenta: «[...] com lo que desaparecería el nombre indígena, posibilidad muy adecuada considerando que el marido es un *decurio* de la *civitas Aravorum* llamado *Auitianus*». Não há dúvida que esse *d.* assim isolado pode ser desdobrado de muitas formas; interpretá-lo, porém, como *decurio* afigura-se-me ousado de mais – e sem paralelos. Certo é que, na p. 175, Vallejo tenta justificar essa hipótese: «la posibilidad de que se tratara de un *decurio* no se contradice con la información aportada por otras inscripciones sobre la existencia de una *civitas Aravorum*, como CIL II 429 (*civitas Arauor.*) y CIL II 760 (*Araui*). La posibilidad de que los antropónimos derivaran del étnico es mayor si tenemos en cuenta que la dispersión de los nombres parece reservarse a las áreas cántabra y astur, zonas en las que un individuo podría poner de manifiesto un origen no local (lusitano, en este caso)».

37 Os editores da epígrafe desdobraram *Aravo(rum)*, tal como sucedera em relação à inscrição de *G. Silius Cosmus*, dois casos em que o vocábulo assume claramente a função de *origo*. No comentário inserido em HÉp 8 1998 14, Joaquín Gómez-Pantoja prefere apenas *Aravo* e acrescenta: «Es una muestra añadida de la predilección de los habitantes de la *civitas Aravorum* [...] por las tierras ribereñas del Guadiana».

38 Viterbo chega mesmo a considerar que a outra epígrafe achada no mesmo local foi dedicada a Júpiter Óptimo Máximo pela própria *cidade de Aravor* ou a *Claríssima Aravor*.

| BIBLIOGRAFIA |

- ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Múrcia, 1994.
- AE = *L'Année Épigraphique*. [Nas citações, indica-se o ano e o n.º da inscrição].
- ALARCÃO (Jorge de), «Ainda sobre a localização dos povos referidos na ponte de Alcântara», in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2.ªs Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2005, 119-132.
- ALARCÃO (Jorge de), «Povoações romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro», *Côavisão* 7 2005 9-18. <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1573/1573.pt.pdf>].
- ALBERTOS (María Lourdes), «Organizaciones Suprafamiliares en la Hispania Antigua», Valladolid, 1975.
- ASSUNÇÃO (António), ENCARNAÇÃO (José d') e GUERRA (Amílcar), «Duas aras votivas romanas em Alcains», *Revista Portuguesa de Arqueologia* vol. 12 n.º 2, 2009, 177-189. <http://hdl.handle.net/10316/14377>.
- BATTLE HUGUET (Pedro), *Epigrafia Latina*, Barcelona, 1946.
- BORGES (Dulce Helena Pires) [coord.], *Roteiro do Museu da Guarda*, IPM/Museu da Guarda, 2004.
- CAMEIJO (Maria Alcina), *Dar Voz às Pedras. A Musealização do Conjunto Patrimonial do Mileu (Guarda)*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural defendida na Faculdade de Letras de Coimbra, a 26.10.2009. [Inédita].
- CANTO (Alicia M.), «*Saeculum Aelium, saeculum Hispanum*: poder y promoción de los hispanos en Roma», in *Hispania: El Legado de Roma (en el Año de Trajano)*, Saragoça – Madrid, 1998, 209-224.
- CANTO (Alicia M.), «La dinastía Ulpio-Aelia (98-192 d. C.): Ni tan «Buenos», ni tan «Adoptivos», ni tan «Antoninos», *Gerión* 21(1) 2003 305-347.
- CANTO (Alicia M.), «Itálica, pátria y ciudad natal de Adriano (31 textos históricos y argumentos contra *vita hadr.* 1, 3)», *Scripta Antiqua*, Valladolid, 2003, 363-396.
- CARDOSO (Padre Luís), *Diccionario Geographico ou Noticia Histórica de Todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com Todas as Cousas Raras, que Nelles se Encontrão, assim Antigas, como Modernas*. Lisboa, 1747.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*, Berlim, 1869; suplemento, 1892. [Nas citações, indica-se o n.º da inscrição].
- COIXÃO (António do Nascimento Sá), «Alguns subsídios para o estudo da romanização na área do concelho de Meda», *Côavisão* 6 2004 83-95. [Acessível em: <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1294/1294.pt.pdf>].
- COIXÃO (António do Nascimento Sá), «Estudo da presença romana nas áreas das freguesia de Marialva e Coriscada (Concelho de Meda)», *Côavisão* 9 2007 211-235. [Acessível em: <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1645/1645.pt.pdf>].
- COIXÃO (António do Nascimento Sá), «Estudo da presença romana nas áreas das freguesia de Marialva e Coriscada (Concelho de Meda)», *Côavisão* 9 2007 211-235. [Acessível em: <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1645/1645.pt.pdf>].
- COSTA (António Carvalho da), *Corographia Portuguesa*, Lisboa, 1706-1712.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Epigrafia romana do Museu Municipal de Moura», *Moura na Época Romana*, Moura, 1990, 65-74.

- ENCARNAÇÃO (José d') e RODRIGUES (Adriano Vasco), «Altar votivo a *Banda Brialeacus*, do Castro dos Castelos Velhos (Guarda)», *Praça Velha* 25 2009 227-238. [Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10479.p.231-232>].
- ÉTIENNE (Robert), *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958 (reimp.: 1974).
- ÉTIENNE (Robert), FABRE (Georges) e LÉVÊQUE (Pierre et Monique), *Fouilles de Conimbriga*, vol. II: *Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976.
- FERREIRA (Ana P. R.), *Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior: Inovação ou Continuidade?*, Lisboa, 2004.
- GARCIA (José Manuel), *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco, 1984.
- GASCO (António Coelho), *Primeira parte das antiguidades da muy noble cidade de Lisboa Imporio do mundo e Princeza do mar Oceano*, 1744. [Foi feita, em 1924, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, uma edição impressa].
- GIMENO (Helena), «La inscripción del dintel del templo de Alcántara (CIL, II, 761): Una perspectiva diferente», *Epigraphica* LVII 1995 87-145.
Hispania Epigraphica on line = <http://eda-bea.es/>.
- HOYOS (B. Dexter), «The *dediticii* of the *Tabula Alcantarensis*», *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 78 1989 40-44.
- ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, Universidad, 1971 e 1972. . [Nas citações, indica-se o n.º da inscrição].
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- JALHAY (Emílio), «Inscrições romanas do museu da Guarda», *Broteria* 50 1950 560-572.
- LEAL (Augusto Pinho), *Portugal Antigo e Moderno*, I-XII, Lisboa, 1873-1890.
- MANTAS (Vasco Gil), *As Vias Romanas da Lusitânia*, Mérida, 2012.
- MARQUES (António Carlos do Nascimento), *A Ocupação Romana na Bacia de Celorico*, Dissertação de Mestrado, FLUC, Universidade de Coimbra, 2011: <http://hdl.handle.net/10316/19170>.
- NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luís) [coord.]: *Atlas Antropológico de la Lusitania Romana*, Mérida-Bordéus, 2003.
- PERESTRELO (Manuel Sabino G.), *A Romanização na Bacia do Rio Côa*, Parque Arqueológico do Vale do Côa, 2003.
- PERESTRELO (Manuel Sabino G.), «Cidadelhe e a Proto-história e a Romanização do Médio Côa», in *03 Proto-História e Romanização Guerreiros e Colonizadores [III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior – Actas das Sessões]*, Pinhel, 17 de Maio de 2006, 56-71. Acessível em: <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1463/1463.pt.pdf>].
- RAP = GARCIA (José Manuel), *Religiões Antigas de Portugal*, Lisboa, 1991.
- REDENTOR (Armando), *Epigrafia Romana da Região de Bragança*, Lisboa, 2002.
- RODRIGUES (Adriano Vasco), *Terras da Meda – Natureza, Cultura e Património*, Meda, 2002.
- ROLDÁN (José Manuel) e CARANDELL (Luis), *La Vía de la Plata*, Barcelona / Madrid, 1995.
- SÁ (Ana Marques de), *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*, Idanha-a-Nova, 2007.
- SILLIÈRES (Pierre), *Les Voies de Communication de l'Hispanie Méridionale*, Paris, 1990.
- VALLEJO RUIZ (José María), *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz, 2005.
- VASCONCELLOS (José Leite de), «Um arqueólogo esquecido: Manuel de Queiroga Correia Carneiro de Fontoura», *O Arqueólogo Português* VIII 1903 1-14.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...* Lisboa, 1865.



Aplic:



Município
do
Évora